

REVISTA DA **ASMIR**



“(A)Braços com a destruição – IA Gemini”

Prefiro a paz mais injusta à mais justa das guerras.

Assim falava Cícero, Marco Túlio que foi filósofo, escritor, magistrado, político e um dos cônsules mais eloquentes da antiga Roma, nascido a 3 de janeiro do ano 107 antes de Cristo.





REVISTA da ASMIR

Publicação Bianual

Propriedade da ASMIR - Associação dos Militares na Reserva e Reforma

Preço: 1,50€

SÓCIOS: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SEDE DA ASMIR

Atividade Principal: 939900

Rua Elias Garcia, 47

2330-151 ENTRONCAMENTO

ATENDIMENTO

Presencial (solicita-se contacto prévio)
no horário entre as 14 e as 16.30 horas
de 2.ª a 6.ª feira

Via e-mail (preferencial)

asmir@asmir.pt

contabilidade.asmir@gmail.com

norbernardes.asmir@gmail.com

Via contacto telefónico

249 726 859 / 910 529 188

**PESSOA COLETIVA COM
ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA**

NIF 501 877 169

DIRETOR:

Norberto Bernardes, MGen

GRAFISMO/IMPRESSÃO

Tipografia Central do Entroncamento, Lda.

www.tcel.pt

TIRAGEM

1500 exemplares

ISENTO DE REGISTO NA ERC,
AO ABRIGO DA ALÍNEA A)
DO N.º 1 DO ART.º 12.º
DO DECRETO REGULAMENTAR 8/99
DE 9 DE JUNHO

ÍNDICE



- MENSAGEM do Presidente da Mesa da Assembleia	3/4
- INFORMAÇÃO	
• “A quem serve a Guerra”, por MGen Norberto Bernardes	5/6
• “Mais uma guerra ao virar da esquina”, por MGen Carlos Branco	7/10
• “Guerra Fria 2.0”. por MGen Agostinho Costa	11/14
- HOMENAGEM ÀQUELES QUE SUBIRAM AO ORIENTE ETERNO	15

SOLICITAÇÃO AOS PREZADOS SÓCIOS



Temos verificado que o pagamento de quotas à ASMIR quando feita por familiar do sócio não indica a identificação do mesmo.

Solicita-se, neste caso que, quer por SMS (910529188) quer por E-mail (asmir@asmir.pt) que nos seja facultado em ordem à emissão de recibo, mais se solicita aos estimados sócios **que não recebem o recibo comprovativo do pagamento da quota** que entrem em contato com a ASMIR pois em alguns dos casos está-nos a ser impossível determinar quem efetua o pagamento das quotas por MB devido a informação escassa prestada pela entidade bancária.

Salienta-se ainda que dos 1327 sócios somente dispomos do endereço eletrónico de 185.



ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES NA RESERVA E REFORMA
PESSOA COLETIVA COM ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

A ASMIR
TEM PRESENTE A CONDIÇÃO MILITAR

NA SOLIDARIEDADE E IGUALDADE
NOS DEVERES E DIREITOS
NO ATIVO, RESERVA E REFORMA

NO ATIVO SÊ SÓCIO HONORÁRIO

Visita-nos em <http://www.asmir.pt>

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: TGEN Joaquim Formeiro Monteiro | VICE-PRESIDENTE: TCOR Rosendo da Silva Guerreiro
1.º SECRETÁRIO: SCH Carlos Manuel Casanova Leitão da Silva | 2.º SECRETÁRIO: SMOR Gilberto Barata | SUPLENTE: SMOR Vitor Lopes Pires

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: TCOR João António Rocha | SECRETÁRIO: MAJ António Luís Fernandes Mendes
RELATOR: SMOR Eduardo Manuel Rodrigues | SUPLENTE: SCH José Martins Paulino

DIREÇÃO

PRESIDENTE: MGen Norberto Crisante de Sousa Bernardes | VICE-PRESIDENTE: CAP Amando Vieira
1.º SECRETÁRIO: SCH Mário Albano Rodrigues Vasco | 2.º SECRETÁRIO: TCOR Manuel Bravo Ferreira da Mata
TESOUREIRO: SMOR Eleutério Moreira Lopes | VOGAL: CAP António Redol Moita | SUPLENTE: SMOR Domingos Manuel Rodrigues Serrano

MENSAGEM



Actualmente vem-se assistindo, de forma continuada, ao estado crítico a que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) chegou, facto denunciado pelo próprio Presidente da República, recentemente, numa cerimónia comemorativa dos cinquenta anos do serviço médico à periferia.

Nesse sentido, não será de estranhar que chegados aos dias de hoje, cerca de dois milhões de pessoas estejam em listas de espera de meses e de anos, a aguardar por uma consulta ou por um acto médico.

Se considerarmos que o Orçamento de Estado para 2026, destinado à Saúde, prevê um aumento de 1,5%, relativamente a 2025, um valor bem abaixo da inflação prevista para esse ano, de 2,5%, facilmente se antevê a continuação da degradação do SNS, com o consequente impacto na saúde e no bem-estar dos Portugueses.

Em simultâneo, os desafios que o sistema de pensões enfrenta na Europa, face às ameaças à sua sustentabilidade, decorrentes, entre outros factores, do envelhecimento das populações e dos desafios económicos em presença, levaram a Comissão Europeia, recentemente, a chamar a atenção para as necessárias, como obrigatórias mudanças a efectuar nos modelos em vigor, nos Países da União.

Bruxelas aconselhava, mesmo, os Estados a sensibilizarem as respectivas populações, no sentido destas poderem preparar, o mais cedo

possível, as suas próprias reformas para o final da sua vida activa. E, deixava, inclusive, uma ameaça explícita, assinalando que a atribuição de novos fundos europeus viesse a ser feita em troca de reformas, por parte dos Estados membros, nos respectivos sistemas de pensões.

Chegados a este ponto, convinha questionar como é que nos Países mais pobres da União, como é o caso de Portugal, semelhantes orientações poderão, algum dia, ser concretizadas, quando a larga maioria dos seus cidadãos auferem salários baixos, ao longo da sua vida activa, não raras vezes a rondar o nível da mera sobrevivência, não dando lugar a qualquer tipo de aforramento?

E, como é que políticas públicas, reconhecidamente limitadas, poderão, alguma vez, garantir um apoio suplementar que possa atenuar aquela realidade e, permitir, de algum modo, ajudar a criar poupanças passíveis de complementar pensões futuras dignas, e minimamente suficientes?

Vêm estas considerações a propósito das difíceis condições socio económicas que os Militares, hoje, suportam no âmbito da sua actividade ao serviço do País, com particular relevância para aqueles, que já fora da vida activa, sobrevivem com acrescidas dificuldades.

Pergunta-se, então, o que é que o País tem feito para responder a estes últimos, além das magras pensões atribuídas, e de algumas palavras de circunstância em cerimónias

MENSAGEM

(CONTINUAÇÃO)

comemorativas das datas maiores da identidade nacional?

É, neste quadro, que os Sistemas de Apoio Social das Forças Armadas deveriam desempenhar um papel de relevo, em particular, a favor daqueles que, nas situações de reserva e de reforma, se encontram mais fragilizados e dependentes.

O percurso profissional percorrido ao longo das respectivas carreiras, marcado pelas privações, sacrifícios e riscos inerentes ao cumprimento do dever e à condição militar exigida, e sem possibilidades de fazer ouvir as suas legítimas queixas, obrigariam a uma atenção e a cuidados redobrados no troço final das suas vidas.

Nesse sentido, onde encontrar a prontidão e a qualidade dos apoios na doença e no apoio social complementar que o Sistema de Saúde Militar, nomeadamente, o Hospital das Forças Armadas (HFAR) e o IASFA têm como missão providenciar, quando todos continuam a fazer os descontos obrigatórios das suas pensões para, supostamente, usufruírem dos apoios a que têm direito?

Meses e meses à espera duma consulta ou da prestação de um acto médico, no HFAR, anos e anos a aguardar a admissão num Centro Social do IASFA não serão, seguramente, as respostas adequadas a quem se confronta com as dificuldades e imitações inerentes às suas, já, degradadas condições de vida, e agravadas que são pela sua idade.

Contudo, não bastará elaborar diagnósticos que, na verdade, são amplamente reconhecidos.

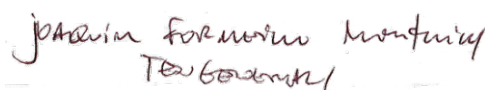
Imperativo, então, deverá ser alertar e sensibilizar as entidades com responsabilidades no âmbito das situações denunciadas, e continuar a chamar a atenção das Chefias Militares para a emergência desta realidade junto do poder político, até porque a Instituição Militar não se limita, exclusivamente, ao universo daqueles que estão no serviço activo, como muitos parecem não saber ou, simplesmente, não querem entender, mas sim a todos os que no activo, na reserva e na reforma lhe dão corpo e a justificam.

Ou seja, são todos aqueles que consubstanciam e materializam o que se costuma designar como Família Militar, conceito esse que seria importante que não fosse, apenas, referido para compor e decorar discursos oficiais, quando conveniente ...

Finalmente, ao entrarmos nos tempos da quadra natalícia que se aproxima, desejava a todos os nossos Associados e suas Famílias os melhores votos de um Santo Natal e de um feliz Ano Novo..

Novembro de 2025

Joaquim Formeiro Monteiro



(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

"Há sistemas económicos que para sobreviver devem fazer a guerra. Então fabricam-se e vendem-se armas e assim os balanços das economias que sacrificam o homem aos pés do ídolo do dinheiro obviamente estão salvos. E não se pensa nas crianças famintas nos campos de refugiados, não se pensa nos deslocamentos forçados, não se pensa nas casas destruídas, não se pensa nem sequer nas tantas vidas destruída".

(Papa Francisco em outubro de 2024)

A QUEM SERVE A GUERRA?

A classe política portuguesa tem vindo a negligenciar o facto de alguma fatia da nova geração de portugueses nascer nas estradas e assistidos no parto mãe e bebé por



bombeiros, faz de conta que as urgências e a assistência médica funciona no SNS e os alunos têm professores sendo que tal acontece porque é suposto que não existe dinheiro para pagar melhor serviço mas, ao mesmo tempo, **sem prestar divulgação pública do concreto "interesse nacional", ou dos se forem vários mas não se descortina um único, e que é suposto com esta atitude, Portugal estar a defender, ou ter realizado referendo informado que pelo voto maioritário prove ser a vontade dos portugueses, decide transferir dos nossos impostos neste ano para a Ucrânia, mais de 200 (duzentos) milhões de euros, a acrescer ao que já transferiram noutros anos, para alimentarmos a continuação do conflito** tendo em

consideração o dito pelos próprios que os dois acordos de Minsk foram expediente diplomático para ganhar tempo em ordem a dotar a Ucrânia de armamento, logo não conduziram à Paz por reserva mental por parte da Chanceler da Alemanha Angela Merkel e do Presidente da França François Hollande e que os acordos da reunião de Istambul falham na promoção da Paz por interferência do Primeiro Ministro do Reino Unido Boris Johnson, estando estes três em articulação de esforços e vontades com o Presidente dos Estados Unidos da América Joe Biden e lembramos a expressão amiúde reiterada pelo atual Presidente Donald Trump "esta é a guerra de Biden", **o que torna lícito concluir que estamos perante uma guerra provocada por aqueles quatro (4) países e a afirmar que suporta os custos da guerra e da reconstrução quem provocou a guerra, quis e quer continuar a guerra, beneficia dela ou tem expectativa de obter proveitos futuros.**

Ainda nos interrogamos, e a respeito do projetado "rearmamento", para quando a classe política esclarece e lembremos a crónica incapacidade de garantir os efetivos em pessoal para as "armas combatentes" do Exército e para operar o armamento existente no "sistema de forças" aprovado, quanto e quais **(?) as consequências negativas para o Estado Social, para os nossos legítimos**



(CONTINUAÇÃO)

anseios e expectativas socioeconómicas, ao aceitar a diretiva de afetar à defesa 5% do produto interno Bruto (PIB) todos os anos, que significa, reportando-nos a 2025, mais de catorze milhares de milhões de euros (5 vezes mais que atualmente), sendo que no caso português o “rearmamento” não pode traduzir-se somente na compra a americanos, franceses ou outros munições, mísseis, canhões, aviões de combate, navios e demais armas sendo que há que ter em conta prazos de validade e a obsolescência o que exige renovação cíclica desses meios. Sucede que a motivação de tal “rearmamento” tem tradução pública nas vozes de “vêm aí os russos invadir-nos” que são um sofisma, uma mentira deliberada, uma deturpação grosseira da verdade e que repetida por alucinados até à

exaustão no espaço televisivo provoca medo e doença mental em intelectos frágeis, e chama-se à colação o Coronel Carlos Matos Gomes e o seu blogue “A Estátua de Sal”: **“(…) O rearmamento da Europa é um logro perigosíssimo, caríssimo e inútil (exceto para as oligarquias associadas às indústrias de armamento) contra o qual os cidadãos europeus se devem levantar, exigindo referendos.”**

Há que pensar, muito que pensar, quanto às motivações da nossa classe política.

Norberto Bernardes, MGen.



MAIS UMA GUERRA EUROPEIA AO VIRAR DA ESQUINA

Muito se tem falado do declínio da Europa. A possibilidade de se criar um clima de paz no velho continente, que evite acontecimentos dilacerantes como aqueles que o atingiram no século XX, parece estar seriamente comprometida. Para isso, muito tem contribuído a mediocridade das lideranças europeias. Dada a dimensão do tema, limitar-nos-emos a assinalar apenas alguns dos casos mais marcantes.

As guerras intraeuropeias do século XX contribuíram decisivamente para a redução da sua importância geoestratégica. Como resultado da II Guerra Mundial, as potências europeias ficaram, pela primeira vez na história, subordinadas a uma potência não europeia e foram amputadas dos seus impérios coloniais, apesar da resistência de algumas delas aos processos de descolonização. A Europa foi sempre a grande perdedora das guerras ocorridas no seu espaço geográfico, mas nada aprendeu.

O fim da Guerra Fria não só permitiu a afirmação dos EUA como a grande potência global, como proporcionou à Europa, entretanto libertada das grilhetas da Guerra Fria, uma oportunidade histórica única de afirmação internacional, não aproveitada. Houve forças que procuraram seguir esse caminho de libertação, mas não conseguiram prevalecer relativamente aos que defendiam um papel de subordinação estratégica aos EUA.

O *soft power* norte-americano foi, e continua a ser, um instrumento poderoso e eficaz de socialização das elites políticas europeias, fazendo com que subordinem os interesses nacionais e coletivos da Europa aos dos EUA. Não teve grande futuro político quem, na década de noventa, colocava a autonomia europeia à frente do designado elo transatlântico. As iniciativas, para levar por diante a ambição de tornar a Europa num polo de decisão estratégica, foram devidamente sabotadas por Washington e pelos seus servidores internos colocados em centros de decisão, sobre os quais Washington manteve sempre um *droit de regard*.

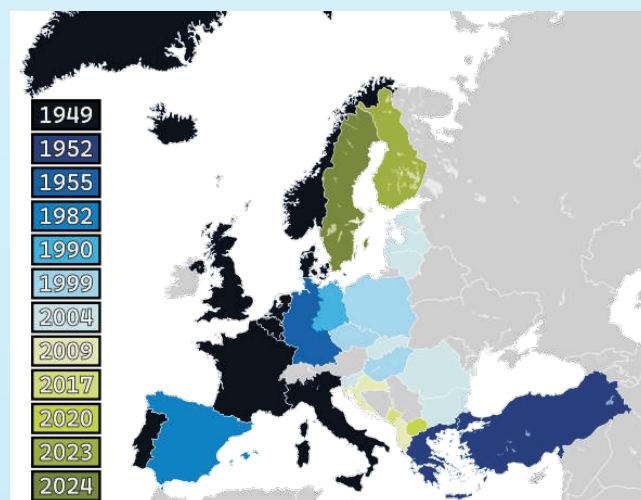
Temos presente, por exemplo, as tentativas de

levantar uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e de se avançar com a construção de uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), cuja evolução foi minada pelos britânicos, ao serviço de interesses não europeus. Não será, pois, de estranhar a oposição do presidente [Barack Obama](#) ao BREXIT.

A concretização desse projeto de domínio global tornou-se na política oficial dos EUA. Os geoestrategistas norte-americanos deram contributos decisivos para a sua articulação, sugerindo caminhos às lideranças instaladas nos centros de poder em Washington. As ideias de nação indispensável e do exceccionalismo americano, proferidas vezes sem conta pela então secretária de Estado Madeleine Albright, faziam parte da concretização desse projeto.

A doutrina Wolfowitz (1992), concebida para consolidar o estatuto de superpotência dos EUA, tinha como primeiro objetivo impedir o ressurgimento de um novo rival, quer no território da antiga União Soviética, quer noutra local, nomeadamente na Europa. Nada melhor, para fazer isso acontecer, do que “seduzir” as elites europeias. O pensamento que subjaz a esse projeto foi posteriormente consolidado por vários *think tanks* e académicos, entre outros por Zbigniew Brzezinski no seu “*The Grand Chessboard*” (1997).

O plano era e continua a ser o mesmo. O



(CONTINUAÇÃO)

alargamento da NATO é um capítulo desse processo, neste caso orientado contra a Rússia. A inclusão da Geórgia e da Ucrânia na Aliança seria a cereja no topo do bolo.



Antevendo a reação de Moscovo e a instabilidade que daí adviria, a França e a Alemanha opuseram-se. Na Cimeira da NATO, em Bucareste (2008), o plano enfrentou alguns obstáculos. Para indicar que não permitiria a colocação de bases militares na sua fronteira, em 2008, a Rússia envolveu-se numa guerra na Geórgia. Mesmo assim, o recado não foi entendido.

Entretanto, os EUA instalaram sistemas de defesa antimísil na Polónia e na Roménia, no âmbito da Abordagem Europeia Adaptativa por Fases (EPAA), da NATO, para fazer face a potenciais ameaças de mísseis balísticos provenientes... do Irão. Estes destacamentos foram acordados no âmbito do plano de Defesa da NATO contra Mísseis Balísticos (BMD), de 2010, na sequência da revisão dos planos do escudo antimísil da era Bush pela Administração Obama, em 2009. Na prática, isto significa colocar mísseis sensivelmente a 5/7 minutos de Moscovo e de S. Petersburgo, sugerindo de modo desengonçado e pouco convincente de que era para fazer face à ameaça iraniana.

Com base nas premissas enunciadas, não será difícil compreender o que aconteceu na Ucrânia nos últimos 20 anos, nomeadamente o golpe de estado que derrubou um governo democraticamente eleito, como parte do necessário confronto para

derrotar e esgotar Moscovo. Por isso, há que prolongar a guerra, até que a Europa esteja em condições de combater a Rússia, não importando o que isso possa custar ao povo ucraniano.

Terá sido este o raciocínio que levou o Diretor do Instituto de Economia e Estratégia Militar Mundial, na Escola Superior de Economia, Dmitri Trenin, a escrever no [Kommersant](#) que a guerra na Ucrânia é uma “guerra por procuração do Ocidente contra a Rússia. E este confronto, em si mesmo, faz parte de uma guerra mundial em curso, na qual o Ocidente está a lutar para manter a sua hegemonia mundial. Esta será uma guerra longa e os Estados Unidos, com ou sem Trump, continuarão a ser o nosso [da Rússia] adversário. Para nós, o que está em jogo nesta luta não é o estatuto da Ucrânia, mas a existência da Rússia.”



Se os dirigentes europeus tivessem percebido nestes termos a natureza da presente guerra na Ucrânia, ou seja, na perspetiva de uma confrontação entre potências de primeira grandeza, como na verdade é, como um capítulo da concretização de um projeto global, em vez do argumento pueril e

panfletário da luta pela expansão da democracia, estariam hoje numa posição mais confortável e vantajosa. Infelizmente, décadas de socialização impossibilita-os de terem uma cosmovisão que se distancie do servilismo.

Exatamente por isso, em vez de racionalizarem a verdadeira causa da confrontação e de orientarem o seu esforço para a resolução do problema, envolveram-se numa linguagem belicista, agitando histericamente o papão de uma invasão russa aos países da NATO, sem terem qualquer indício credível dessa possibilidade, amplificando a ameaça recorrendo a uma série de porta-vozes presentes

diariamente na comunicação social. Segundo eles, a guerra com a Rússia é inevitável.

Talvez fizesse sentido evitá-la, porque serão sempre perdedores e a sua situação estratégica piorará. A haver beneficiários do lado ocidental, hipótese extremamente remota e improvável, os europeus teriam de se contentar com os restos. Apesar desta evidência, as domesticadas elites políticas europeias aderiram, sem qualquer hesitação, ao presente rufar dos tambores.

Não deixa de ser oportuno recordar o que aconteceu na preparação de Maidan, em que a Alemanha de Merkel conspirou ombro a ombro com os EUA, mas, na altura de distribuir os despojos, foi posta de lado e não conseguiu meter no governo nenhum dos seus apaniguados. Não foi além de conseguir nomear Wladimir Klitschko para presidente da Câmara de Kiev.

A linguagem dominante em Bruxelas e nas chancelarias europeias tem pouco a ver com a criação de uma capacidade de dissuasão militar europeia, mas sim com uma vontade desenfreada de criar capacidades militares para uma confrontação militar com a Rússia. Por isso, não será de estranhar o alinhamento da retórica de Bruxelas com o das maiores potências do continente.

O atual comissário europeu para a defesa e espaço e antigo primeiro-ministro lituano Andrius Kubilius sugeriu uma “solução final” para a questão russa, ao apelar à Europa para se armar ativamente com vista a um “futuro confronto” com a Rússia. Algo semelhante disse a atual representante para a política externa da União Europeia (UE) e antiga primeira-ministra da Estónia [Kaja Kallas](#), quando afirmou que a “desintegração da Rússia em pequenas nações não é uma coisa má.” Não deixa de ser extraordinário como a narrativa revanchista dos irrelevantes bálticos – os três juntos conseguem ter metade da população de Portugal – se consegue impor na política externa da UE.

O primeiro-ministro britânico Keir Starmer e o presidente francês Emmanuel Macron “cantam a mesma música”. [Macron](#) apelou a um aumento substancial das despesas de defesa da França nos

próximos dois anos, citando ameaças iminentes, leia-se Rússia: “Desde 1945, a liberdade nunca esteve tão ameaçada e nunca foi tão grave”. **A isto adiciona-se a “National Strategic Review 2025”, da França, onde a ameaça russa às fronteiras da Europa ocupa a centralidade do documento.**

Para abrilhantar o cenário, o chanceler alemão Friedrich [Merz](#), que disse mais do que uma vez ser o seu grande objetivo tornar a Alemanha a principal potência militar da Europa, a mesma pessoa que afirmou estar Israel a fazer o “trabalho sujo” por nós [Europa], veio declarar que os esforços diplomáticos para terminar a guerra na Ucrânia se encontram esgotados: “Esgotam-se quando um regime criminoso, recorrendo à força militar, põe abertamente em causa o direito à existência de todo um país e procura destruir as liberdades políticas de todo o continente europeu.”

Esta conversa assenta que nem uma luva na ambição alemã, de longa data, de se libertar do espartilho da Guerra Fria, de se rearmar e de se tornar a grande potência militar da Europa. A Alemanha, do ex-funcionário da Black Rock – Merz, caminha assim, com grande entusiasmo, para uma escalada sem precedentes contra a Rússia. A decisão de entregar misseis Taurus à Ucrânia é mais um dos seus capítulos, com resultados perigosos e muito incertos.



Do outro lado do Canal da Mancha acirra-se a histeria militarista contra a Rússia. O ex-chefe do Exército britânico, General [Patrick Sanders](#), em entrevista ao Independent,, insta o governo a construir abrigos anti bombas devido à acrescida ameaça de Moscovo ao Reino Unido. Para ele, uma guerra com a Rússia dentro de cinco anos é considerada como um “cenário realista”. E acrescenta: “se a Rússia interromper as operações



(CONTINUAÇÃO)

militares na Ucrânia, poderá lançar em poucos meses um ataque limitado contra um membro da OTAN, e o Reino Unido será obrigado a responder. Isso pode acontecer até 2030". Esta tese foi subscrita por outros dirigentes europeus. A opção dos decisores suecos de distribuir à população manuais de sobrevivência, como um preparativo para uma guerra ao virar da esquina, é reveladora da insanidade que atinge largos setores das elites políticas europeias.

Em vez de apelarem ao bom senso e à contenção, estas elites estão sequiosas por envolver os seus povos na guerra, fazendo vista grossa das consequências irreversíveis que uma aventura dessas terá para a Europa e para a humanidade. À retórica adicionam-se os múltiplos indícios de preparação para um conflito. Por exemplo, o porto de [Roterdão](#), o maior da Europa, está a reservar espaço para navios que transportem material militar; as provocações no mar Báltico aos petroleiros com destino a portos russos são cada vez mais frequentes; a ameaça de colocar uma força de países europeus (a coligação de vontades) na Ucrânia.

Muito se poderia acrescentar para apontar o indisfarçável e destemperado desejo de se avançar para uma confrontação. Dispensamo-nos de referir as insólitas declarações sobre o tema, do secretário-geral da NATO Mark Rutte.

Tudo isto sem haver do lado de Moscovo quaisquer preparativos para atacar um país da NATO ou pretender provocar uma guerra em larga escala, artificialmente lucubrada por dirigentes insensatos e desmemoriados. Depois de três anos a combater no Donbass, com as dificuldades conhecidas, sem recorrer à mobilização e sem ter nenhuma anunciada, contando apenas com contratados, é difícil imaginar qual o interesse da Rússia, com uma população de 144 milhões de habitantes, em querer atacar países da NATO, que não dispõem de matérias-primas ou de quaisquer recursos minerais significativos. Alguém terá de o explicar devagar e com seriedade.

Para não falar da capacidade militar para o fazer e da retórica distópica, que nuns dias afirma estar a

Rússia falida e que noutros dias vai atacar a NATO. O futuro da Europa não pode ficar nas mãos do revanchismo báltico e alemão, que já estiveram juntos do lado derrotado da história, na II GG. Já agora, convinha relembrar ao longo dos últimos dois séculos quem atacou quem e como terminaram essas guerras. Talvez essa reflexão possa ajudar a compreender melhor o momento que se vive.

Estes apontamentos serão aproveitados para colar o autor à narrativa russa. Aviso os mais distraídos que não se trata disso, mas tão somente de salvaguardar os interesses da Europa, onde vivo, que só perderá com mais uma guerra.

Quem aposta as fichas na derrota e na fragmentação da maior potência nuclear do mundo devia, ao invés, dar entrada num hospício. Infelizmente, é quem está à frente dos nossos destinos.



Carlos Branco
MGen

Guerra Fria 2.0 – Desafios para a Segurança Nacional

*...só foram grandes os que souberam lançar mão da espada sempre
que lhes foi necessário.*

*Por isso, repito, primeiro que tudo tem Vossa Alteza que ser
soldado.*

Aprenderá a sê-lo na história de seus avós.

Este Reino é obra de soldados.

Carta de Mouzinho de Albuquerque ao príncipe herdeiro

I. Indicadores da Crise do Sistema Internacional

A crise de segurança em que o continente europeu está mergulhado com um conflito de alta intensidade em curso na sua fronteira Leste, que alguns areópagos vaticinam mesmo como potencial embrião de uma confrontação militar alargada Este-Oeste, entre a NATO e a Federação Russa, apontado como provável no médio prazo, é o efeito emergente da intervenção russa na Ucrânia em 22 de fevereiro de 2022. As causas profundas do conflito remontam, no entanto, a 2014, à mudança de regime em Kiev na sequência dos acontecimentos da Praça Maidan, a que se seguiu a anexação da península da Crimeia pela Rússia e o sangrento conflito interno entre o governo de Kiev e as fações independentistas da região do Donbass, sublevadas na sequência da crispação étnica, linguística e religiosa que se processou imediatamente após a deposição do governo de Yanukovich.

O conflito entre russos e ucranianos que se prolonga há quase quatro anos parece ainda longe da sua conclusão. Pode, eventualmente, evoluir para uma situação de eternização, à semelhança do das Coreias, “congelado” desde os anos cinquenta do século passado na sequência de um armistício que para além de permitir a troca de prisioneiros e a criação de uma zona desmilitarizada, manteve ambas as Coreias num estado de guerra latente que se prolongou até ao presente.

Outro cenário que se poderá equacionar é o da continuação do conflito por mais algum tempo até à exaustão de umas das partes, terminando a favor daquela que demonstrar maior resiliência e melhor

capacidade para superar as vicissitudes que o conflito tem imposto nos planos económico, industrial, tecnológico e, naturalmente, social. Um conflito, tal como todos os processos sociais desenrola-se segundo a lógica dos sistemas complexos e adaptativos, sendo apenas possível apontar tendências, sob pena de se incorrer em exageros de adivinhação.

Da atual situação estratégica na Europa e por analogia com as duas guerras mundiais do século passado, poderá apontar-se como provável consequência uma alteração estrutural na ordem geopolítica, tanto regional (Europa) como ao nível global, nomeadamente no que concerne à batalha pela disputa da hegemonia mundial entre os EUA e a China.

À priori perspetiva-se uma situação de tensão estratégica prolongada entre o ocidente alargado e a Federação Russa e a constelação de países seus aliados, onde se enquadram a China, os BRICS e uma boa parte da maioria global que assiste à progressiva transferência da centralidade do poder económico, tecnológico e militar para a Ásia. A competição económica, tecnológica e comercial em curso entre os EUA e a China, terá como efeito de segunda ordem o desligamento da Europa em relação ao continente Euroasiático, com as implicações que daí poderão advir. A jangada de pedra de Saramago deixou de ser apenas a península ibérica, abrangendo a partir de agora a quase totalidade dos países da Europa, inseridos nas organizações multilaterais que marcaram, durante décadas, o ritmo da política externa e de segurança do velho continente, respetivamente a União Europeia e a NATO.

(CONTINUAÇÃO)

O desenvolvimento dos acontecimentos permite-nos também concluir que de uma ordem internacional caracterizada pela competição entre potências teremos já transitado para uma nova ordem onde as relações de competição deram lugar às de conflito. Seja no plano económico e comercial, onde a “diplomacia das tarifas” de Trump serve para impor vantagens para os EUA, tanto relativamente a adversários como a aliados, como abertamente se equaciona a possibilidade de confronto bélico entre os dois blocos. As linhas de confrontação são atualmente a Ucrânia e no Próximo Oriente o Irão. Na região do Indo-Pacífico Taiwan representa a última peça do dominó no quadro da guerra mundial híbrida presentemente em curso.

2. Mudanças Estruturais e nas Formas da Ação Estratégica

Os paradigmas mudam quando se altera a situação ou se verifica uma mudança nas teorias explicativas. No caso vertente as alterações no plano das teorias não são despididas, com o surgimento de teorias criativas de justificação para ações expansionistas dos atores, seja assentes em questões civilizacionais, como na comparação da guerra da Ucrânia com uma espécie de *reality show* da série “Guerra dos Tronos”, como ainda na “geopolítica do mito” em que assenta o nacionalismo messiânico do governo de Netanyahu, servindo de justificativo para a barbárie de Gaza e para o objetivo de expansão do território “desde o rio até ao mar”.

Mas o que para a presente análise mais nos interessa são as alterações de contexto, que vieram colocar em causa os pressupostos em que a generalidade dos países procedeu à reorganização das suas forças armadas, vocacionando-as para operações de gestão de crises e conflitos, gizadas para curta duração e conduzidas em ambientes permissíveis. A guerra da Ucrânia trouxe de volta os conflitos de alta intensidade, com índices de baixas muito acima da capacidade de regeneração dos exércitos e taxas de atrição em material muito superiores ao *output* das respetivas bases

tecnológicas e industriais de defesa (BTID). Em certos itens, o somatório das BTID do conjunto dos Estados-membros que compõem a Aliança Atlântica mostram-se mesmo insuficientes para a reposição das perdas.

O conflito da Ucrânia levanta problemas em quantidade e gravidade cuja enumeração não cabe no espaço necessariamente curto de um artigo de opinião, mas que os observadores que acompanham o conflito têm uma clara perceção. Temos exércitos que não estão nem dimensionados, nem preparados, nem orientados para este tipo de conflito. Um conflito que evoluiu para uma guerra de drones, em terra, no ar e no mar, onde o elemento tecnológico é determinante.



Um conflito onde o controlo dos mares é assegurado por pequenos drones guiados por satélite e com uma componente de inteligência artificial, que remetem as esquadras para os portos. Os mísseis da defesa aérea interditam o espaço aéreo às aeronaves constringendo-as a ter que fazer uso extensivo de mísseis e de *glide bombs* lançadas a distâncias de segurança, desvalorizando detalhes onerosos como o das características *stealth*. O combate terrestre reveste-se de uma acrescida complexidade no planeamento, exigindo a supressão prévia das bases de drones e da artilharia inimiga, sendo conduzido dentro de “zonas de morte” por pequenas unidades sob guiamento de drones FPV, conferindo relevo acrescido à liderança a partir dos baixos escalões. A capacidade, sangue frio e tenacidade de Cabos e Sargentos é presentemente um requisito determinante para a vitória no plano tático.

(CONTINUAÇÃO)

O atual ambiente operacional caracteriza-se por uma ubiquidade de meios de vigilância, permitindo uma perceção em tempo real da situação operacional. Consequentemente, tudo o que é observado pode ser batido pelo fogo. O fogo prevalece sobre a manobra e mesmo as formas como nos habituámos a entender o emprego dos sistemas de armas mudaram. A artilharia já não bate zonas, mas alvos com precisão, já não opera em baterias, mas isoladamente integrada num sistema de gestão do campo de batalha em que os observadores avançados já não são militares, mas drones. O tempo entre a aquisição do objetivo e a ordem de fogo passou a fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso tático.



A interdição aérea está condicionada a fogos à distância e a defesa aérea debate-se com a saturação do espaço aéreo com drones, mísseis de cruzeiro, mísseis balísticos e outros meios de fogo inimigos. No plano naval e terrestre a questão de fundo que se coloca é ter que operar dentro do alcance dos sistemas de armas inimigos, com os custos que tal comporta. Das imagens que guardamos dos conflitos anteriores, na confrontação tecnológica a vantagem esteve sempre do lado ocidental. Essa realidade mudou quando o adversário a enfrentar passou a ter tecnologia igual, ou superior da que até agora considerávamos como “*game changers*”. A guerra da Ucrânia e também as recentes confrontações entre Israel e o Irão mostraram que para além de vulnerabilidades no domínio dos sistemas de armas ocidentais, os inventários se esgotam relativamente depressa. Sobretudo, atestam o facto de que temos forças armadas que não estão

dimensionadas para guerras de atrito.

Talvez seja razoável parar para pensar, analisar as alterações do contexto geopolítico e geoestratégico, adequar as estruturas das forças armadas e reequacionar os processos para fazer face aos novos desafios.

3. Desafios para a Segurança de Portugal

Portugal é membro da Aliança Atlântica e da União Europeia. Tem relações privilegiadas com a China mercê de uma presença secular no continente asiático e uma diáspora de cerca de cinco milhões de cidadãos dispersa pelos vários continentes. É uma pequena potência com interesses próprios e um espaço de influência que o diferencia da maior parte dos países da Europa, com um *soft power* que lhe advém da língua e cultura partilhadas por um universo de centenas milhões de falantes da língua portuguesa, na América, em África e noutros espaços geográficos. Portugal é muito mais do que Europa devendo perspetivar-se, por imperativos da sua história e dos seus interesses, num plano global.

Antes de pensar a política de defesa de forma redutora e numa lógica meramente orçamental, seja de 2% do PIB, 3,5% ou 5%, dever-se-á primeiro equacionar as grandes orientações para a política externa do país, como parte de uma Estratégia de Segurança Nacional que urge delinear olhando o futuro, numa perspetiva que vá para além de um ciclo eleitoral, porque os interesses nacionais são permanentes e intemporais.

O conflito no Leste da Europa é a demonstração de que o ambiente de segurança mudou, que o modelo de obtenção de recursos humanos que temos é inapropriado para os desafios que se nos colocam. A dar crédito aos alarmes que soam nos centros de decisão da União Europeia e em alguns países da NATO, estaremos numa situação em que um conflito alargado na Europa é uma possibilidade.

A dar crédito a estes alertas talvez seja este o momento para encetar uma reflexão, não apenas nos planos político-diplomático e estratégico, mas descer ao nível operacional e tático, começando



(CONTINUAÇÃO)

por rever o modelo de recrutamento, por criar reais incentivos para o serviço nas forças armadas e por definir prioridades para os investimentos a realizar.

O impulso de investimento a que Portugal foi convocado a realizar, em sintonia com os restantes parceiros da NATO deve começar pelas pessoas – o principal sistema de armas do exército, atraindo homens e mulheres motivados, que se revejam nas forças armadas como instrumento da política externa do Estado e garante da segurança nacional. Também relevantes na promoção da paz e segurança internacional e na cooperação com os países do ecossistema da lusofonia.

Na mesma linha urge repensar o investimento nas infraestruturas superando o estado de decrepitude em que uma boa parte das instalações militares se encontra, conferindo-lhes a funcionalidade, adequabilidade e mesmo dignidade ajustadas à sua função. Urge encetar um programa semelhante ao efetuado em meados do século passado pela Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas, que nos legou os quartelamentos CANIFA que ainda hoje são modelares e funcionais.

No plano dos sistemas de armas esta é uma oportunidade única para um impulso de reindustrialização do nosso país em áreas que conjugam investigação, desenvolvimento e inovação, com as da indústria nacional. No momento em que se discutem programas de milhares de milhões de euros, como o da substituição dos F-16, entre outros, talvez seja altura de centrarmos as decisões no interesse nacional colocando como pré-requisito a participação do *cluster* aeronáutico nacional no processo. A título de exemplo, a opção do Brasil foi pelo avião sueco Saab JAS 39 Gripen, como contrapartida para a transferência de tecnologia para a Embraer que passou a produzi-lo. Sublinhe-se que temos uma parceria com a Embraer com

quem atualmente produzimos o avião militar de transporte KC-390.



Mais do que fazer investimentos apenas para cumprir metas ou preencher quadros estatísticos, há que investir no conhecimento, na formação dos quadros, na preparação em liderança de todos os escalões, tendo em conta o impacto que as mudanças tecnológicas e do ambiente operacional acarretam no respetivo desempenho.

Para um navio sem rumo qualquer vento serve, pelo que faz sentido acompanhar os desenvolvimentos da ciência e arte da guerra que os conflitos em curso apresentam. Também compreender as doutrinas de emprego das forças, refletir sobre as mudanças estruturais que as alterações nos processos nos vão obrigar a realizar nas estruturas das forças armadas e de segurança e na articulação com elas, nomeadamente com as que são parte integrante do ecossistema militar. Perspetivar as forças armadas que queremos ter, com base no nível de ambição e visão sobre o papel de Portugal na nova ordem multipolar e policêntrica, que a atual crise do sistema internacional está a acelerar. Sobretudo, importa não preparar as forças armadas para as guerras do passado.

Agostinho Costa
MGen

HOMENAGEM ÀQUELES QUE SUBIRAM ao ORIENTE ETERNO



SAJ	MARINHA	JERÓNIMO MANUEL AMARAL BATISTA	N/D
CMG	MARINHA	JOÃO CAIADO GAGO FALCÃO DE CAMPOS	N/D
ISAR	MARINHA	AFONSO DE MACEDO DA COSTA	N/D
CAB ARM	MARINHA	DIÓGENES LOURENÇO VIEGAS JESUS	07-01-2024
ISAR	EXERCITO	JOAQUIM SOEIRO GRILO	07-02-2024
MAJ	EXERCITO	HUMBERTO TRIGO DE BORDALO XAVIER	13-02-2024
SAJ	EXERCITO	ANTÓNIO FERNANDES DE BRITO	15-04-2024
CAP	EXERCITO	ADRIANO HENRIQUES DE ARAÚJO	18-04-2024
ISAR	EXERCITO	SERAFIM LUÍS DA GRAÇA	11-05-2024
COR	EXERCITO	MANUEL AMARO BERNARDO	16-06-2024
COR	EXERCITO	ANTÓNIO MANUEL MARQUES LOPES	24-07-2024
SAJ	EXERCITO	LOURENÇO RODRIGUES DOS REIS E SANTOS	06-09-2024
ISAR	EXERCITO	FRANCISCO MARIA RUIVO	11-09-2024
CAP	EXERCITO	JOÃO ANTÓNIO BRITES GODINHO	22-09-2024
SMOR	EXERCITO	FILipe RAMOS FRANCO	01-10-2024
COR	EXERCITO	JOSÉ FERREIRA PEREIRA DOURADO	01-12-2024
ISAR	EXERCITO	JOÃO JOSÉ PARDAL DA SILVA	09-12-2024

COR	EXERCITO	RENATO VIEIRA DE SOUSA	05-01-2025
CAB	PQ EXERCITO	ANTÓNIO FRANCISCO ASSEICEIRA RUFINO	07-01-2025
CAP	PQ F. AEREA	CARLOS PEREIRA DA COSTA	10-01-2025
COR	FORÇA AEREA	JOSÉ DOMINGOS MARQUES POLICARPO	10-01-2025
SAJ	FORÇA AEREA	FRANCISCO DE JESUS DA COSTA JERÓNIMO	16-01-2025
TGEN	FORÇA AEREA	JOSÉ BAPTISTA PEREIRA	24-01-2025
CAP	FORÇA AEREA	DIAMANTINO LOBO MAFALDO	06-02-2025
SAJ	FORÇA AEREA	JOSÉ FILIPE MARTINS BARROSO	05-03-2025
MGEN	FORÇA AEREA	JORGE OSÓRIO MOURÃO	03-04-2025
SAJ	EXERCITO	JOSÉ LUÍS SALGUEIRO LOURENÇO	08-04-2025
CAP	EXERCITO	VICTOR MANUEL FIGUEIREDO SIMÕES	11-04-2025
SMOR	EXERCITO	JOAQUIM AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA	15-04-2025
SMOR	PQ F. AEREA	JOSÉ DA CONCEIÇÃO ANTUNES	17-04-2025
COR	EXERCITO	MANUEL HENRIQUE LESTRO HENRIQUES	25-04-2025
CAP	FORÇA AEREA	FRANCISCO DA ENCARNÇÃO AFONSO	05-05-2025
SMOR	EXERCITO	MANUEL ALEIXO VARGAS	22-05-2025
ISAR	EXERCITO	JOSÉ VICENTE GASPAR JÚNIOR	24-05-2025
COR	EXERCITO	JOSÉ MARIA CAMPOS MENDES SENTIEIRO	17-06-2025
SAJ	EXERCITO	FLORIVAL LUÍS SALGUEIRO	30-06-2025
GEN	EXERCITO	AMADEU GARCIA DOS SANTOS	04-07-2025
COR	EXERCITO	CARLOS FERREIRA MARQUES	17-07-2025
CAP	FORÇA AEREA	ANTÓNIO ARTUR TAVARES LEMOS	26-07-2025
SMOR	FORÇA AEREA	MANUEL HENRIQUE CARRÃO	16-08-2025
SAJ	EXERCITO	JOSÉ RAFAEL LOURENÇO	24-09-2025
COR	EXERCITO	ADRIANO PATROCÍNIO RODRIGUES SANCHES	05-10-2025
TCOR	EXERCITO	JÚLIO ALFREDO CAMPOS NUNES DE SOUSA	08-10-2025
SCH	EXERCITO	ERNESTO ROSA AGOSTINHO	23-10-2025
CAP	PQ F. AEREA	JOSÉ ELIAS MENDES	09-11-2025

Que o Senhor acolha os nossos camaradas na Sua Luz e aos seus familiares enlutados conceda a Fé e a Coragem.

SAUDEMOS OS NOVOS SÓCIOS

GEN	JOSÉ ANTÓNIO DE MAGALHÃES ARAÚJO PINHEIRO	FORÇA AEREA
VALM	JOÃO MANUEL LOPES PIRES NEVES	MARINHA
VALM	FERNANDO MANUEL DE OLIVEIRA VARGAS DE MATOS	MARINHA
TGEN	EDUARDO EUGÉNIO SILVESTRE DOS SANTOS	FORÇA AEREA
TGEN	MÁRIO AUGUSTO MOURATO CABRITA	EXERCITO
MGEN	JOSÉ MANUEL PINTO DE CASTRO	EXERCITO
MAJ	LINO VICENTE GRAÇA	EXERCITO
SMOR	VICTOR MANUEL GONÇALVES CANÁRIO	EXERCITO
SMOR	ARMANDO MONTEIRO LIBERADO	EXERCITO
SMOR	LEONEL CARMONA ANTUNES	EXERCITO
SCH	PAULO JORGE AMARO TORRES PINA	EXERCITO
SOLD	DÉBORA ALEXANDRA TORRES RAPOSO MATADO	EXERCITO

DONATIVOS

Registamos com enorme satisfação os donativos feitos à ASMIR, os quais agradecemos reconhecidamente.

CAP	SEBASTIÃO DA SILVA BASTOS	6,00 €
CAP	ANTÓNIO JOSÉ BALEIÃO FERRO	16,00 €
TCOR	CARLOS MANUEL ANTUNES GOMES	500,00 €
SMOR	FERNANDO JOSÉ FERNANDES	16,00 €
SMOR	ANTÓNIO DINIS ALVES	32,00 €
1SAR	JOSÉ MOREIRA BORGES	26,00 €
VIÚVA	MARIA DA GRAÇA CORBAL HERNANDEZ LEITE	24,00 €
CAP	JOSÉ PEDROSA CAPITÃO	25,00 €
TCOR	MANUEL MACEDO MARQUES	16,00 €
SMOR	JOSÉ MANUEL GOMES MOURA	16,00 €
SCH	ANTÓNIO ALBERTO	20,00 €
MGEN	HUGO EUGÉNIO DOS REIS BORGES	30,00 €
SMOR	SANCHO MARIA DA SILVA	25,25 €

**O Natal é um tempo não apenas de
alegria mas também de reflexão.**

Sir Winston Churchill



Boas Festas